



Antigos
ENGENHOS
de açúcar no
Brasil

Introdução, história dos engenhos e legendas
Fernando Tasso Fragoso Pires

Estudo arquitetônico
Geraldo Gomes



EDITORIA
NOVA FRONTEIRA

EDITOR
Carlos Augusto Lacerda

COORDENAÇÃO EDITORIAL,
PROJETO GRÁFICO E PRODUÇÃO
João de Souza Leite

DESIGNER ASSISTENTE
Claudia Mendes

EDIÇÃO DE TEXTO
Maria Ignez Duque Estrada
Luzia Ferreira de Souza

VERSÃO
Peter Lenny

PESQUISA HISTÓRICA
Herculano Gomes Mathias

CONSULTORIA
José Gabriel da Costa Pinto

ASSISTENTE DE PESQUISA
Katia Maria Borges de Oliveira

FOTOGRAFIAS
Pedro Oswaldo Cruz (RIO DE JANEIRO)
Aílton Sampaio (BAHIA)
João Tavares (PERNAMBUCO)

ASSISTENTE DE PRODUÇÃO (PERNAMBUCO)
Gisela Abad

Nas primeiras páginas,
equipamentos abandonados do
engenho de Itatinga, em Parati,
não mais em funcionamento, e
formas para a purga do melaço,
também conhecidas como "pães
de açúcar", ainda hoje
utilizadas no engenho Novo da
Conceição, (PE).

© 1994 Editora Nova Fronteira S.A.
2ª edição (1ª edição, 1994)
Rua Bambina 25, Botafogo
Tel. (021)537 8770, Fax (021)286 6755
CEP 22251-050, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

CIP - Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

p744a Pires, Fernando Tasso Fragoso, 1934 -
Antigos engenhos de açúcar no Brasil / introdução, história dos
engenhos e legendas Fernando Tasso Fragoso Pires; estudo
arquitetônico Geraldo Gomes. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira,
1994.
212p. : il.

Patrocínio Banco Icatu

1. Engenhos - Brasil. 2. Indústria açucareira - Brasil - História.
I. Gomes, Geraldo. II. Título.

94-1449 CDD - 725.40981
CDU - 725.4:664.11(81)

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

*Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado da Bahia, Biblioteca Nacional, Fundação Gilberto Freyre,
Fundação Joaquim Nabuco, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto do Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional, Mapoteca Histórica do Palácio do Itamaraty, Santa Casa da Misericórdia de Oliveira dos
Campinhos e Santa Casa da Misericórdia de Santo Amaro.*



O CICLO DO AÇÚCAR

Página 10

A ARQUITETURA DOS ENGENHOS

Página 28

ENGENHOS DE PERNAMBUCO

Página 42

MORENOS 44 • MONJOPE 48
POÇO COMPRIDO 52 • GAIPÍO 56
PREFERÊNCIA 64 • LIMOEIRO VELHO 66
MASSANGANA 68 • NOVO DA CONCEIÇÃO 70
MATTAS 74 • BONITO 78
PUMATY 82 • MADALENA 86
SÃO JOÃO 88

ENGENHOS DA BAHIA

Página 94

FREGUESIA 96 • CAJAÍBA 100
PARAMIRIM 104 • LAGOA 106
PIMENTEL 112 • VELHO 114
SANTO ANTÔNIO DO PARAGUASSU 118
D'ÁGUA 120 • CAMUCIATÁ 122
API 124 • CAETÁ 128
TAREFAS 130 • OITEIRO 134
UNHÃO 136

ENGENHOS DO RIO DE JANEIRO

Página 140

MATO DE PIPA 142 • MANDIQUEIRA 144
QUISSAMÃ 146 • SANTA FRANCISCA 150
SÃO MANUEL 154 • SÃO JOSÉ 156
AIRIZES 160 • BARONESA 162
SÃO BENTO 167 • COLUBANDÊ 168
BOA VISTA 172 • VIEGAS 174
D'ÁGUA 176 • TAQUARA 178

ENGLISH TRANSLATION

Página 181

BIBLIOGRAFIA

Página 207



A ARQUITETURA DOS ENGENHOS

Geraldo Gomes

A arquitetura civil não tem recebido, por parte daqueles que se dedicam ao estudo da história do Brasil colonial e imperial, a atenção que merece. A consciência de que existia um patrimônio histórico nacional a ser preservado só se delineou oficialmente por ocasião das comemorações do centenário da nossa independência política de Portugal. Tratava-se então de defender os traços brasileiros da nossa cultura contra a ameaça do “internacionalismo modernista”. Identificava-se como brasileiro o conjunto das expressões artísticas que se haviam desenvolvido no período colonial com a inconfundível marca portuguesa.

As listas de bens culturais imóveis organizadas pelas primeiras instituições de proteção ao nosso patrimônio privilegiam a arquitetura religiosa construída no período colonial. Os poucos edifícios do século XIX relacionados nessas listas eram, em sua maioria, aqueles construídos pelo poder público, que se caracterizavam pelas grandes dimensões e decoração profusa. A arquitetura civil, exceto no caso de conjuntos urbanos notáveis por sua homogeneidade, como Ouro Preto, Olinda e o bairro do Pelourinho, em Salvador, foi relegada a segundo plano.

O interesse pela arquitetura rural foi ainda menor, salvo as honrosas exceções de trabalhos como os de Luís Saia, *Arquitetura rural paulista do Segundo Século* (1944) e *Residências rurais do Brasil Colônia* (1958), e de Joaquim Cardoso, *Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio* (1943). Somente agora, no final do século XX, quando a grande maioria de seus exemplares não mais existe, começam a surgir estudos sistemáticos sobre esse tipo de arquitetura, como *Arquitetura do açúcar* (1990), de Esterzilda de Azevedo.

O esquecimento a que foram relegados esses marcos da nossa cultura deve-se a equí-

vocos usuais e generalizados quanto à própria conceituação da arquitetura. Costuma-se confundir, por exemplo, valores arquiteturais com valores decorativos, o que significaria dizer que a arquitetura somente se realizaria em edifícios de formas requintadas e muito elaboradas. Segundo outro falso conceito, os valores arquiteturais se acrescentam, como acessórios, às qualidades funcionais e estruturais do edifício.

Na verdade, qualquer edifício, independentemente da sua função e do sistema de construção utilizado, pode vir a constituir um exemplar de arquitetura, bastando que o arbítrio estético esteja presente em todas as fases da sua concepção. Assim, por exemplo, a determinação da posição de uma simples janela pode ser resultado de uma opção estética; a cor e a forma dessa mesma janela, bem como as da parede que a contém, podem ser produto de uma reflexão na qual o gosto presida à decisão final.

As nossas modestas casas rurais muitas vezes foram concebidas dessa forma, embora seus projetos, quando existiram, não tenham sido assinados por arquitetos. Sua construção inspirou-se no saber popular, tanto no fazer quanto no apreciar, o que não significa que no meio rural só existam exemplares de uma arquitetura despojada de valores decorativos. O povo mais humilde reconhece esses valores e os utiliza, como também reinterpreta o gosto artístico erudito.

Mas no campo, e também na cidade, existem muitos edifícios cuja forma foi determinada exclusivamente pelo pragmatismo funcionalista, como alguns destinados à fabricação do açúcar. Alguns edifícios concebidos dessa maneira podem despertar fruição estética, apesar de não ter sido esta a intenção do construtor.

As unidades que compõem os an-

Gravura holandesa do século XVII. Pedra de mó e energia humana para extração do caldo da cana.





Fábrica do engenho Acerto, em Vicência, (PE). A beleza plástica do edifício e sua integração harmoniosa com a paisagem são evidentes, embora talvez não tenham sido buscadas deliberadamente.

tigos engenhos de açúcar no Brasil formam um complexo diversificado. A análise desses conjuntos heterogêneos requer uma compreensão razoável das variações do contexto social e econômico no tempo e no espaço.

Denomina-se engenho o mecanismo utilizado para moer a cana, daí a sua usual caracterização a partir do tipo de energia que emprega: engenho d'água, engenho de bois... Na verdade, o processo de produção de açúcar não pára aí, pois ainda resta o cozimento do caldo, a clarificação ou purga do açúcar, e a embalagem deste. Por extensão, porém, o termo engenho compreendia todas essas atividades, e mais ainda o plantio e a colheita da cana.

Em Pernambuco, no entanto, no século XVII já existiam fazendas de plantação de cana onde não se produzia açúcar, porque o investimento para instalação de um engenho era muito alto. As canas colhidas eram levadas a um engenho próximo, que as moía junto com as suas próprias. Naturalmente, o número e a diversidade de edifícios nas fazendas era bem menor do que nos engenhos. Estes, em alguns casos, pareciam verdadeiras povoações, com a fábrica propriamente dita, as moradias do proprietário ou do administrador, dos trabalhadores especializados, dos agricultores, a senzala dos escravos, a capela, a estrebaria, oficinas, a olaria.

Entre os séculos XVI e XIX, conjuntos de empresas agropecuárias dessa natureza instalaram-se ao longo de quase todo o litoral brasileiro, com maior concentração nas regiões

que hoje correspondem aos estados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Os edifícios mais notáveis dos engenhos de açúcar foram a fábrica, a residência do proprietário, que veio a se chamar casa-grande no século XIX, a capela e a senzala.

Na década de 1870, houve uma tentativa de transformar essa estrutura econômica com a criação dos engenhos centrais, unidades exclusivamente industriais, destinadas a produzir açúcar com a cana fornecida por fazendas que, por sua vez, se limitariam a plantar e colher as canas. Seriam instalados com recursos do governo, maquinaria importada e, por força da nova divisão do trabalho, eram obrigados a moer canas alheias e deveriam produzir mais e a um custo mais baixo, para que o açúcar brasileiro pudesse competir no mercado internacional.

Os engenhos centrais logo foram superados pelas usinas, também equipadas com maquinaria importada, moderna e eficiente, instaladas sem participação do governo. Possuíam fazendas e plantavam cana, e moíam ou não a dos vizinhos. Sem condições de rivalizar com essas gigantescas empresas agroindustriais, alguns engenhos foram absorvidos por elas; outros foram reduzidos à condição de meras fazendas de cana, fornecedoras de matéria-prima. Ainda hoje, na Zona da Mata de Pernambuco, as propriedades rurais desse tipo são chamadas de engenhos, embora não possuam sequer o edifício onde outrora se fabricava açúcar.

Com os engenhos centrais e com as usinas, chegaram as grandes máquinas operadas por mão-de-obra especializada, e não mais por aquela, abundante e barata, do escravo de origem africana, cuja posse em grande número era um inconfundível símbolo de poder. Não foi por acaso que numerosos engenhos de açúcar foram abandonados e invadidos pelo mato logo após a Abolição: os escravos

é que faziam todos os trabalhos manuais. A natureza escravocrata da "elite do açúcar" explica também certas peculiaridades da sua arquitetura rural.

Ao longo do tempo, e em todos os espaços geográficos ocupados pela produção açucareira, não existiu uma casa-grande genérica: um tipo de casa registrado no século XIX pode não ter existido no século XVI, e o que foi comum na Bahia provavelmente não se encontrará no Rio de Janeiro. A classificação da arquitetura pelo século em que foi praticada às vezes induz a conclusões equivocadas. Na identificação dos prováveis tipos de arquitetura rural, é comum a comparação com modelos preexistentes. E quais seriam esses modelos?

Os primeiros colonizadores portugueses não encontraram no Brasil uma arquitetura semelhante às das regiões de onde provinham. O caráter provisório das habitações indígenas já era, por si só, a manifestação de uma cultura em tudo oposta à deles. Seria natural que, vendo-se como membros de uma civilização mais evoluída, os portugueses procurassem reproduzir seus padrões culturais no Brasil, inclusive através da arquitetura.

Entretanto, para o Brasil vieram portugueses de regiões diferentes também na sua arquitetura, o que em parte explicaria a diversidade das suas construções na Colônia. Além disso, é possível que estas tenham assimilado alguns elementos típicos das habitações indígenas, como os grandes espaços contínuos das ocas coletivas. O que se pode afirmar é que não ocorreu no Brasil a reprodução pura e simples dos modelos arquitetônicos de Portugal, mesmo porque era outra a estrutura social, outro o clima e outros os materiais disponíveis.

Não só os modelos portugueses foram reinterpretados no Brasil, porém. No final do século XVIII, com a introdução da cultura do

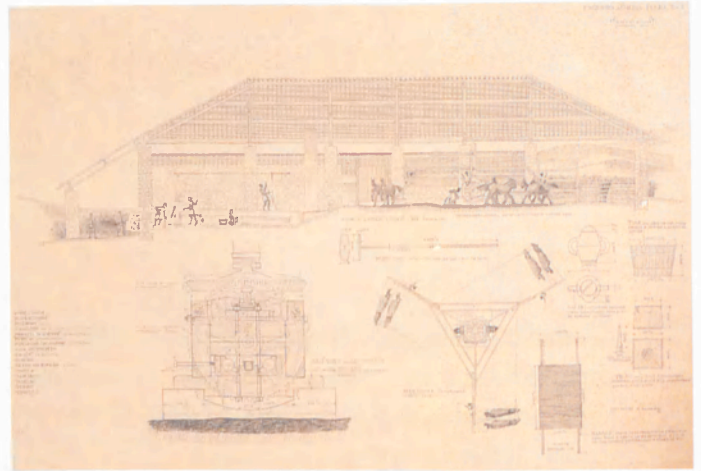
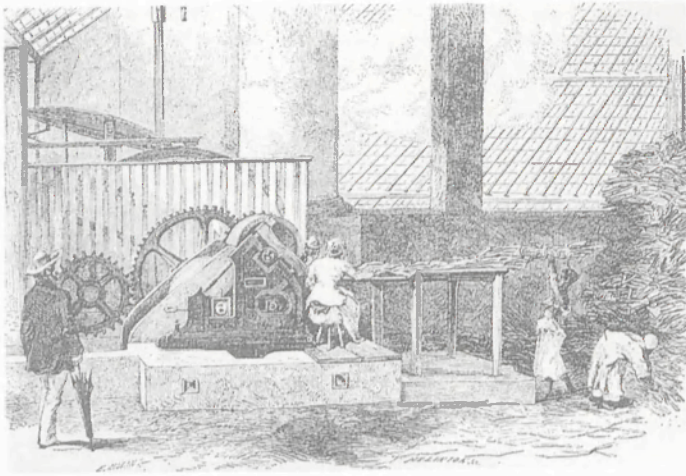
café em São Paulo, estabelece-se o contato com os colonizadores franceses e ingleses das Antilhas. De lá vieram então novas técnicas de produção de açúcar responsáveis, em alguns casos, por transformações no modo de construir os engenhos. Por exemplo, as chaminés das fábricas foram conseqüência da instalação de um tipo de fornalha conhecida na época como "trem jamaicano".

Depois da Abertura dos Portos em 1808, a Colônia, logo promovida a Reino Unido, mostra-se propensa a reinterpretar modelos de arquitetura oriundos de outros países. Datam de então os primeiros registros das construções civis brasileiras que alcançam certo grau de precisão. Sobre os três séculos anteriores dispomos de pouca informação, e nisso reside a maior dificuldade quando se pretende fazer a classificação tipológica da arquitetura realizada neste período. Muitas vezes a imagem das construções só sobreviveu em pinturas, nem sempre retratada com a fidelidade desejada pelos pesquisadores.

No caso da arquitetura dos engenhos, porém, a antiga capitania de Pernambuco tornou-se uma honrosa exceção. Ocupada pelos holandeses de 1630 a 1654, justamente por causa do açúcar que produzia, foi governada pelo príncipe Maurício de Nassau, que se fez acompanhar de artistas para documentar a exótica terra conquistada.

Assim, pintores holandeses como Frans Post, Albert Eckhout e Zacharias Wagener nos legaram um conjunto de pinturas e gravuras de qualidade artística indiscutível e de valor documental inigualável. Todas retratam o Nordeste brasileiro, em especial Pernambuco. Por paradoxal que possa parecer, é graças ao registro dos invasores e não aos primeiros colonizadores que hoje se pode conhecer a arquitetura dessa parte do Brasil em princípios do século XVII.

Nenhuma região brasileira teve como Per-



Primeira moenda a vapor construída no Brasil pela Fundação Aurora, de Harrington & Starr, no Recife. Foi instalada no engenho Caraiñas, em Jaboatão, (PE). À direita, desenho de uma seção vertical na fábrica do antigo engenho Aurora, em Vicência, (PE). Faz parte do levantamento efetuado pelo desenhista Manuel Bandeira para documentar a persistência do uso da energia animal em pleno século XX.

nambuco o privilégio de ver suas construções civis documentadas na própria época e por artistas de tão alta qualidade. Além dos holandeses, registros contemporâneos da arquitetura pernambucana foram feitos no século XVIII — com a publicação dos *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, em que Domingos de Loreto Couto descreve com impressionante riqueza de detalhes o mecanismo de um engenho de açúcar e o edifício que o abriga — e no século XIX — em “Des maisons d’habitation au Brésil”, na *Révue Générale de l’Architecture et des Travaux Publics*, do engenheiro francês Louis Léger Vauthier, que morou em Pernambuco de 1840 a 1846.

Outros viajantes e artistas estrangeiros já haviam publicado trabalhos descritivos sobre o Brasil, como Debret, Rugendas, Maria Graham, Koster e Tollenare, mas nenhum como Vauthier descreveria com tanta minúcia os edifícios dos engenhos de açúcar, assunto de uma das quatro cartas que ele escreveu e publicou com o título acima referido.

É tão boa a qualidade da documentação iconográfica e bibliográfica legada pelos holandeses e por Vauthier que, com frequência, respeitados pesquisadores da nossa arquitetura civil não resistem à tentação de atribuir, por analogia, a construções de outras regiões do Brasil características cuja existência só foi comprovada em Pernambuco.

Na análise da arquitetura dos antigos engenhos considera-se não só a forma de cada edifício ao longo do tempo, como também a sua disposição relativa ao conjunto e a

situação deste no espaço geográfico. O tipo de energia utilizada para mover as moendas determinou em muitos casos a escolha do sítio para instalação dos primeiros engenhos. Sabe-se que quatro tipos de energia foram empregados nos engenhos brasileiros: a energia eólica, a hidráulica, a tração humana e a tração animal.

A iconografia holandesa contém algumas gravuras em que aparecem homens movimentando uma pedra de mó para esmagar as canas e extrair-lhes o caldo. No entanto, ambas — essa forma de energia e essa moenda — podem ter sido usadas em outras regiões brasileiras. Nos jardins do Museu do Homem do Nordeste, no Recife, existe mesmo uma dessas pedras de mó procedente do Rio de Janeiro. Já os quadros pintados pelos holandeses durante a sua ocupação mostram engenhos movidos a água e a bois.

Das quatro formas de energia, a preferida foi a hidráulica, por ser a mais econômica e eficaz. Mas, para utilizá-la, os engenhos deviam localizar-se nas proximidades de um curso de água; desviando-o parcialmente, construía-se um açude cujas comportas, quando abertas, movimentavam rodas que, por meio de engrenagens, transmitiam o movimento às moendas.

Os primeiros senhores de engenho tiveram o privilégio de escolher o sítio onde se instalariam e, com certeza, optaram pelas rodas hidráulicas. Além de fornecer a energia, os cursos d’água serviam como vias de transporte do açúcar até os portos de onde este seria levado para a Europa. A força das marés, tam-



A Quinta do Carbido, em Ponte de Lima, norte de Portugal, é um exemplo da associação casa-capela no século XVIII.

bém uma forma de energia hidráulica, chegou a ser utilizada em engenhos do Pará. Quando o engenho ficava distante de cursos d'água, tinha-se de usar a força animal, quase sempre de bois e cavalos.

Outro fator determinante da localização dos primeiros engenhos foi a proximidade de matas de onde se extraía lenha para alimentar as fornalhas. A falta de outro combustível trouxe como resultado um progressivo desmatamento. Essas circunstâncias só seriam modificadas no início do século XIX, com a utilização do bagaço de cana como combustível e com a introdução dos mecanismos a vapor. No entanto, em pleno século XX, muitos engenhos ainda persistiam no uso da energia hidráulica e da tração animal.

De modo geral, cada edifício do engenho abrigava um único programa de atividades. Entretanto, desde o século XVII, o pavimento térreo das casas de moradia dos proprietários destinava-se a depósitos variados, como nas casas rurais da região do Minho, em Portugal. A partir do século XVIII, principalmente na Bahia e em Pernambuco, temos casas-grandes associadas a capelas, o que parece ter sido frequente no norte de Portugal.

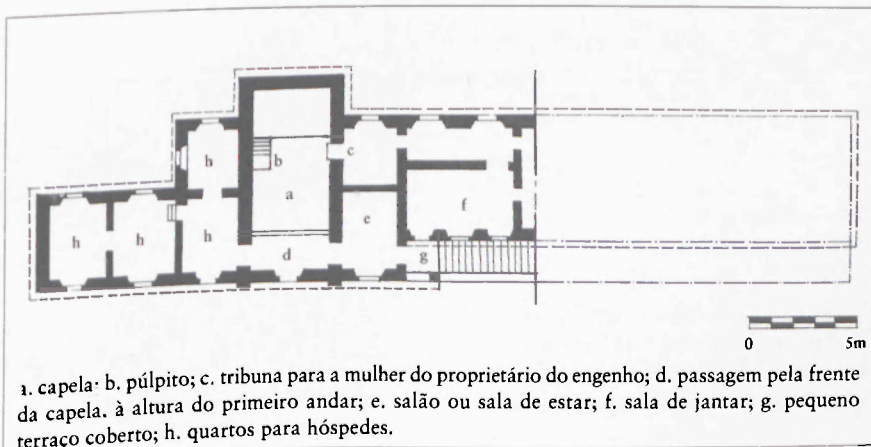
Quase sempre as capelas se justapunham a uma das extremidades das casas, de tal forma que ambas as construções tivessem suas fachadas principais no mesmo plano. Contudo, Vauthier e o imperador D. Pedro II registraram a existência, em Pernambuco, em meados do século XIX, de duas casas que tinham suas capelas na parte central. Vauthier publicou uma planta dessa moradia como se fosse uma ocorrência comum. Ao analisá-la, podemos verificar que a capela divide a

casa em duas zonas, uma destinada à família e a outra aos hóspedes. Desconhecemos a época de construção dessas curiosas casas, mas é possível que, considerado o ritmo lento das transformações ocorridas no meio rural, elas tivessem sobrevivido do século anterior.

Seja qual for o modo de incorporação da capela pela casa-grande, o que chama a atenção na maioria dessas moradias é o acesso privativo dos membros da família do senhor de engenho aos ofícios religiosos. Eles podiam chegar às tribunas da nave ou da capela-mor — recinto onde ficava o altar principal —, no pavimento superior, sem passar pelos espaços públicos, isto é, destinados a abrigar pessoas de outras classes sociais. O engenho Freguesia, na Bahia, e o de Poço Comprido, em Pernambuco, bem ilustram essa associação.

Outro tipo de associação de edifícios é o da casa-grande com a fábrica. Combinações como essa ocorreram, no século XVIII, no li-

Planta do pavimento superior de parte de uma casa-grande pernambucana, em desenho de Vauthier.



a. capela; b. púlpito; c. tribuna para a mulher do proprietário do engenho; d. passagem pela frente da capela, à altura do primeiro andar; e. salão ou sala de estar; f. sala de jantar; g. pequeno terraço coberto; h. quartos para hóspedes.



Engenho d'Água, em Ilhabela, (SP): um exemplo de associação da casa-grande com a fábrica. À direita, no engenho Santa Rosa, em Campos, (RJ), a casa e a fábrica sob um mesmo telhado contínuo.

toral norte de São Paulo e, no século seguinte, na região de Campos (RJ), e na Bahia. Manuais técnicos destinados à implantação da cultura do café, a partir do final do século XVIII, recomendam a associação das duas funções, com o argumento de que o beneficiamento da matéria-prima exige a permanente vigilância do proprietário. Provavelmente também foi esta a razão para a associação no caso dos engenhos de açúcar, pois mesmo nas fábricas isoladas havia sempre um cômodo, em situação estratégica, reservado para o proprietário ou para o administrador.

Quanto ao modo de distribuição desses edifícios no terreno, não parece ter havido um esquema muito rígido no século XVII, se considerarmos como documentos confiáveis os quadros de Frans Post retratando engenhos de Pernambuco. Neles, quase todos os engenhos situam-se em terrenos pouco acidentados. A casa-grande está sempre em meia encosta e tem sua fachada principal voltada para a fábrica, situada em plano mais baixo. A posição da fábrica obedece à lógica, pois todos os engenhos retratados pelo

pintor são de rodas d'água. A casa-grande a montante da fábrica denota preocupação com a fiscalização das atividades do engenho. A capela fica em nível igual ou superior ao da casa e um pouco afastada desta. Não há, nos quadros holandeses, edifício que possa ser identificado como habitação de escravos.

Além dessas características, não foi possível reconhecer a existência de um projeto geral que definisse com maior precisão a distribuição dos diversos edifícios no terreno. Já no século XIX, Vauthier publica um "plano geral", que teria sido adotado pela maioria dos engenhos de Pernambuco. Nele, todos os edifícios se distribuem pelo terreno de modo a limitar, de forma descontínua, um pátio interno retangular. Por sua racionalidade, talvez esse modelo tenha sido seguido em outras regiões do país, até porque era também recomendado pelos manuais destinados à cultura cafeeira do Rio de Janeiro e de São Paulo.

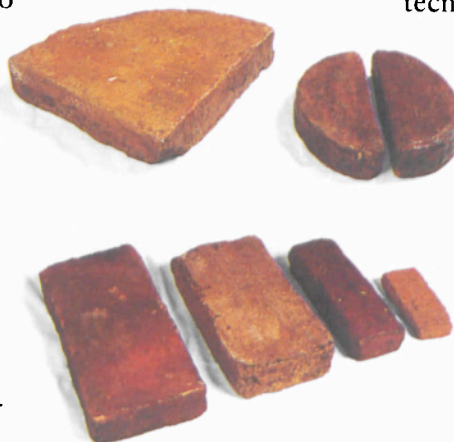
A prática generalizada de construir os edifícios separados uns dos outros favoreceu uma certa autonomia na escolha dos materiais e técnicas empregados. Nos engenhos de açúcar do Brasil foram utilizados todos os sistemas construtivos conhecidos nos períodos colonial e imperial: nas paredes, alvenaria de pedras, tijolos ou adobe, taipas de pilão ou de pau a pique; nas cobertas, sempre estruturas de madeira recobertas com

Tijolos em forma de setor circular para construção de colunas de fuste cilíndrico ou de tronco cônico.

O maior tem 80 cm de diâmetro e o menor, 32 cm.

Abaixo, tijolos retangulares utilizados na construção dos edifícios do engenho.

O maior mede 41x20x7 cm e o menor, holandês, mede 17x8x3,5 cm.



palha ou telhas cerâmicas; nos pisos térreos, lajotas de barro, e nos elevados, assoalhos de madeira. Notáveis por seu uso quase exclusivo na arquitetura rural são os tijolos em forma de setor circular, para compor os fustes das colunas de seção cilíndrica dos alpendres das capelas, das casas-grandes, das senzalas e, mais raramente, das fábricas.

A opção por qualquer um desses sistemas dependia da disponibilidade do material na região, das posses do senhor de engenho e de uma escala de valores característica da estrutura social. Assim, por exemplo, conforme a distância que o separava da cidade, o proprietário podia construir no engenho uma casa onde residisse sozinho, sem a família, durante a época da moagem. Com esse caráter, a casa poderia adquirir um aspecto de abrigo provisório, como algumas retratadas pelos holandeses.

Quando a cidade era distante — e a propriedade, portanto, dependia menos dela —, o engenho constituía um conjunto funcionalmente mais complexo, onde cada edifício assumia características e dimensões correspondentes à magnitude da empresa.

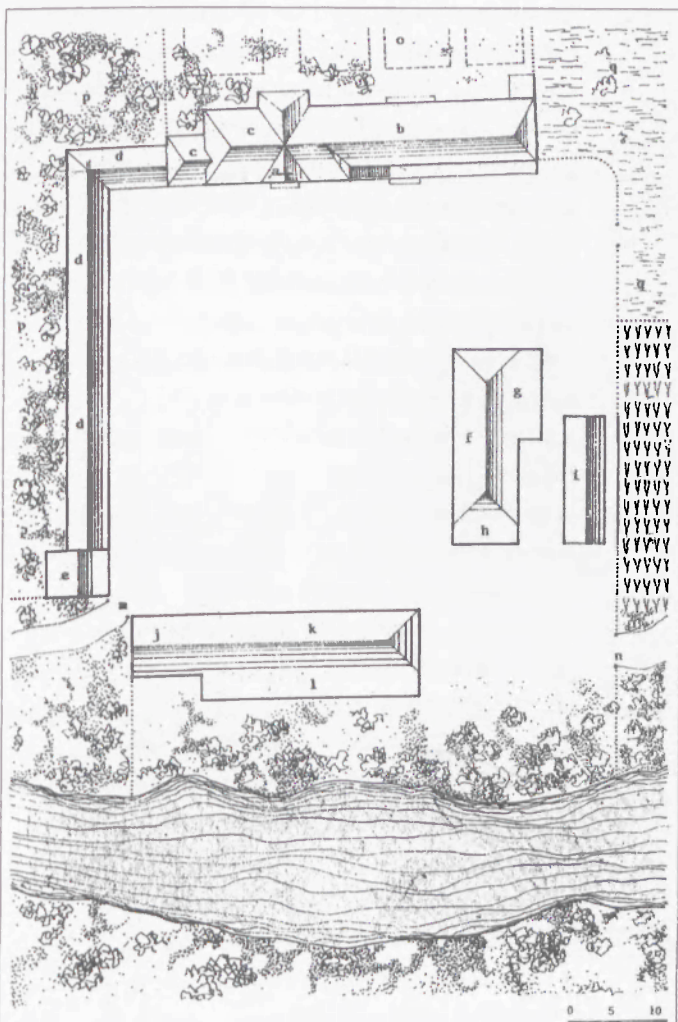
Ao se instalar o engenho, o primeiro edifício a ser construído era o da fábrica, quase sempre em alvenaria de tijolos, com estrutura de coberta em madeira. O edifício seguinte poderia ser o da habitação dos escravos, a senzala. Este termo aparece na literatura especializada ora designando o edifício inteiro, ora o cubículo que o constituía. A senzala era sempre térrea, tinha as paredes em taipa de pau a pique e podia ser coberta com palha ou telhas cerâmicas. Há raros registros de senzalas construídas com material mais durável, como pedra ou tijolos. Como no Brasil inteiro existem poucas senzalas remanescentes, pode-se concluir que elas tenham sido construídas com materiais pouco resistentes.

A construção da fábrica e da senzala em



Quadro do pintor holandês Frans Post (século XVII), retratando a implantação, aparentemente desordenada, do conjunto de edifícios de um engenho em Pernambuco.

Plano geral de um engenho em Pernambuco, segundo Vauthier.



a. capela; b. casa-grande; c. quartos para hóspedes; d. senzalas; e. sobradinho, casa do administrador; f. casa do engenho, fábrica propriamente dita, contendo a moenda e as caldeiras; g. alpendre para os cavalos da moenda; h. telheiro acima da fornalha; i. casa de bagaço; j. estrebaria; k. casa de purgar, destilaria, armazém de açúcar, oficinas do carpinteiro, do serralheiro, do segeiro, etc., pavilhão para o fabrico da farinha de mandioca; l. alpendre servindo de olaria; m, n. portões de entrada e saída do engenho; o. horta; p. terreno plantado de mandioca; q. pasto; r. campos de cana de açúcar.



Fábrica do engenho Junco, em Nazaré da Mata, (PE). Apesar da introdução da chaminé, persiste a descontinuidade dos telhados. À direita, a capela de Nossa Senhora do Socorro, em Santa Rita, (PA), construída no século XVII.

primeiro lugar indica a prioridade que se dava às atividades produtivas. A casa do senhor de engenho seria erguida a seguir e, ao contrário da sua imagem idealizada quase por consenso, nem sempre foi grande e nem sempre recebeu materiais duráveis. No século XVII, documentos holandeses referem-se à precariedade dessas casas em Pernambuco: “Os brasileiros se contentam com uma casa de barro, desde que lhe vá bem o engenho e a cultura.”

De fato, alguns quadros holandeses mostram pequenas casas de senhores de engenho em taipa, e até cobertas de palha, mas também registram outras em alvenaria e de porte médio. A ausência de alguns proprietários, e não a escassez de recursos — pois muitos deles possuíam grandes casas nas cidades —, é o que pode explicar esse aparente descaso em relação às suas casas rurais. Por esse motivo, do século XVII ao XIX, em alguns engenhos foram construídas enormes vivendas de alvenaria de tijolos e até mesmo de pedras, enquanto em outros eram erguidas casas bem mais simples.

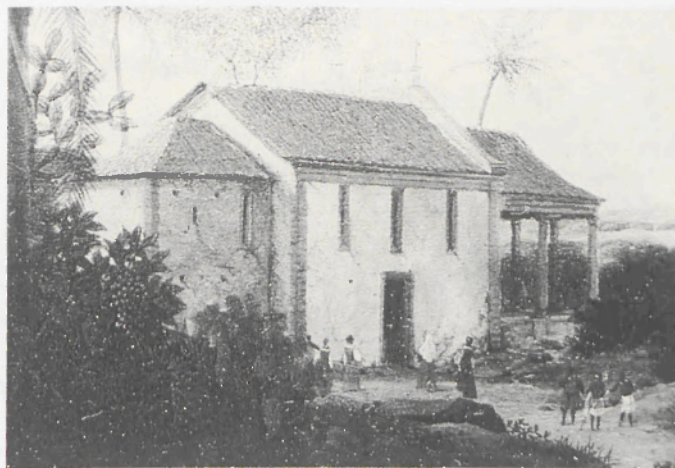
De todos os edifícios dos engenhos, o mais durável e sólido foi a capela. Alguns exemplares remanescentes, construídos em alvenaria de pedra argamassada com óleo de baleia, podem datar do século XVI. A capela é também o único edifício do conjunto que possui cobertura parcialmente feita em alvenaria de pedra ou de tijolos, como é o caso da cúpula da nave da capela de Nossa Senhora da Penha, do Engenho Velho, em Cachoeira (BA).

Dos quatro edifícios mencionados, somen-

te dois, a casa-grande e a capela, podem ser considerados exemplares de arquitetura, exceção feita às raras combinações entre casa e fábrica. Desde o primeiro século, a fábrica teve seu desenho determinado pelo pragmatismo funcionalista. Às vezes resumia-se a um simples telheiro apoiado em colunas de alvenaria de tijolos. Sua planta era basicamente retangular, refletindo o desenvolvimento linear das atividades fabris.

As tarefas complementares realizavam-se em puxadas que eram extensões do telhado do corpo principal da fábrica. O telhado podia ser feito em duas ou em quatro águas e geralmente era descontínuo, para permitir a exaustão dos vapores resultantes do cozimento do caldo da cana. Nessa descontinuidade dos telhados não se identifica qualquer preocupação com a composição plástica, o que não elimina a eventualidade de involuntários porém agradáveis resultados. Plantas em forma de L, de T ou de cruz surgem principalmente no século XIX, e algumas delas são sugeridas pelos fabricantes estrangeiros dos mecanismos a vapor. Até mesmo após a introdução das altas chaminés de alvenaria de tijolos, os telhados das fábricas preservam a sua descontinuidade.

A iconografia holandesa não mostra edifícios que possam ser identificados como senzalas. É possível que os escravos tenham habitado o pavimento térreo das casas do proprietário, habitualmente destinado a servir de depósito. É possível também que tenham sido autorizados a construir casebres, neles repro-



Quadro de Frans Post mostrando igreja com alpendre em Olinda, (PE).

unidades de
senzalas

duzindo os elementos da cultura africana. Estes teriam sido os primeiros mocambos.

Os dados existentes sobre as senzalas, todos do século XIX, convergem para a definição de um partido arquitetônico comum a todas as regiões do país e presente também nas fazendas de café: um único edifício formado por uma série de cubículos conjugados e voltados para uma galeria comum e aberta. A área dos cubículos raramente ultrapassava doze metros quadrados; não dispunham de janelas e se comunicavam por uma única porta com a galeria. Em alguns casos, cada cubículo se comunicava com outro, de iguais dimensões, situado nos fundos. Como disse Vauthier, "não se podia reduzir uma habitação a expressão mais simples".

Embora raríssimas senzalas tenham resistido até os nossos dias, seu partido arquitetônico, descrito da mesma maneira por diferentes cronistas e viajantes, sobreviveu à Abolição da Escravatura e ainda pode ser encontrado nas moradias dos trabalhadores das usinas de açúcar do Nordeste.

O edifício que mais se destacou por sua concepção artística foi a capela. Por ser sempre construída com materiais nobres, pouco se modificou através do tempo, o que permite até mesmo identificar estilos históricos, melhor caracterizados na arquitetura urbana.

Assim, é possível classificar as capelas como protobarrocas, barrocas e neoclássicas, embora os exemplares dos dois primeiros séculos, mesmo quando concebidos com evidente esmero estético, primassem pela sobriedade e contenção decorativa.

A planta da capela do engenho era muito simples, praticamente a mesma das outras capelas rurais e urbanas que se espalharam pelo Brasil até o século XVIII. Possuía invariavelmente uma nave, a capela-mor e a sacristia no pavimento térreo e o coro no pavimento superior, sobre o primeiro terço da nave. As

variações consistiam num alpendre à frente da fachada e corredores laterais à nave, às vezes também presentes no pavimento superior, dando então origem às tribunas, local privilegiado e destinado à família do senhor do engenho.

O elemento mais marcante nessas capelas foi o alpendre, que teria tido função similar à do nártex nas antigas basílicas, isto é, um espaço intermediário para conter os "catecúmenos, energúmenos e penitentes". O alpendre também existiu em capelas urbanas e rurais em Portugal, e no Brasil não foi elemento exclusivo da arquitetura rural, pois em quadros de pintores holandeses aparece incorporado a igrejas de Olinda e conventos em Igarassu.

O interior das capelas rurais era profusamente decorado com altares, púlpitos, balcões, imagens e forros de madeira entalhada, dourada e policromada. Quase nada resta desse esplendor. Com a decadência dos engenhos, suas capelas foram sendo esvaziadas por seus donos, ou saqueadas.

Contudo, essa decoração não deve ser entendida como ostentação dos donos dos engenhos. Convém lembrar que, no campo, a vida social resumia-se aos ofícios e festas religiosos. Os mortos da família eram enterrados, de início, nas naves ou em nichos nas paredes das capelas e, mais tarde, no terreno em volta delas. Além disso, a religião também se integrava ao projeto escravocrata, na medida em que pregava a resignação a desígnios supostamente divinos. Toda uma complexa



Casa-grande do engenho Embiara, em Cachoeira, (BA), e a Quinta do Sadaão, em Ponte de Lima, Portugal. Apesar de mais requintada, essa última assemelha-se ao tipo de construção desenvolvida no Brasil durante o século XVIII.

carga simbólica se expressava na arte de inspiração religiosa, portanto. //

//O outro edifício que pode ser considerado como exemplar de arquitetura é a morada do senhor de engenho, hoje conhecida como casa-grande. Esta denominação só se tornou usual a partir do século XIX. Curiosamente, já existia, no século XVIII, nas Antilhas francesas (*grand case*) e na Jamaica (*great house*). No Brasil, até mesmo no século XIX, era costume chamá-la de casa de vivenda. //

Os quadros pintados pelos holandeses no início do século XVII são o registro iconográfico mais antigo dessas casas. Considerando a lentidão das transformações ocorridas no período colonial, é lícito imaginar que os tipos retratados já existiam no século anterior e se mantiveram ainda durante algum tempo.

As casas representadas nessas pinturas são quase sempre de porte médio e têm dois pavimentos, telhado em quatro águas, uma varanda embutida no meio ou num canto da fachada principal, no pavimento superior. Os esteios de madeira da estrutura indicam que eram construídas em taipa de pau a pique. O pavimento térreo era parcialmente vazado, devendo destinar-se a depósito. É um tipo de construção oriundo, com certeza, do norte de Portugal e desapareceu completamente. Uma variante é a presença da torre, semelhante à casa fortificada usual entre os nobres da Europa medieval. Era erguida perto da casa, independente e mais alta do que ela e, às vezes, construída com materiais mais resistentes. //

Com menos freqüência aparece nessa mes-

ma iconografia uma casa de maior porte, construção mais sólida, com dois corpos que sobressaem no mesmo plano da fachada, como se fossem duas pequenas torres ladeando uma *loggia* central em arcos. Neste caso, o telhado é mais complexo e lembra os do tipo "tesouro", do Algarve português. Sob o aspecto da composição dos volumes, lembra casas senhoriais da região do Minho. //

Era semelhante a esse tipo a casa-grande do engenho de Megaípe, que existiu em Pernambuco até 1928, quando foi dinamitada pelo proprietário, para impedir que fosse tombada como monumento estadual. Além da tradição, não existe documento que comprove a data de construção dessa casa. Um engenho com o mesmo nome já existia no século XVII, o que não significa que ela fosse daquele período. No entanto, a sua planta baixa, esboçada por um auxiliar do arquiteto Luís Saia, lembra uma outra casa de engenho, em Cachoeira (BA), datada de 1683. Trata-se da casa de José Rodrigues Adorno, já bastante modificada, mas que ainda deixa perceber a planta original, caracterizada pelo pátio interno. Esse pátio viria a ser uma das marcas das casas-grandes dos engenhos baianos do século XVIII, como a do engenho Freguesia. Estas são sobrados de grandes dimensões, sem alpendres, no mínimo com dois pavimentos.

Do século XVIII só restou uma casa-grande em Pernambuco, a do engenho Poço Comprido, em Vicência. Sem pátio interno, tem dois pavimentos e comunica-se pelo segundo com a vizinha capela. O telhado é em quatro



C engenho São José, (PE). típico exemplar de bangalô, na sua versão brasileira mais freqüente. À direita, um exemplo de sobrado do século XIX: a casa-grande do antigo engenho Santo Antônio do Beco, em Campos, (RJ).

águas, e uma escada externa conduz a um alpendre, construído ao longo da fachada principal, o que é uma característica das casas dos engenhos pernambucanos, segundo depoimento de Vauthier. Casas como essa podem ser encontradas em fazendas contemporâneas de São Paulo, Minas Gerais e em quintas do norte de Portugal.

Do mesmo período, sobrevive ainda em Quissamã, no norte do Rio de Janeiro, a casa de Mato do Pipa, térrea, com telhado em quatro águas, alpendre embutido na parte central da fachada principal e que se filia, evidentemente, ao partido das casas conhecidas em São Paulo como "casas bandeiristas". A casa da fazenda Quissamã, na mesma região, é desse tipo, embora tenha acabamento mais elaborado.

Ainda nessa região e no mesmo século XVIII, as famílias dos donos dos engenhos moravam em cômodos contíguos aos da fábrica, tudo num mesmo edifício. Ali, ao se iniciar a cultura do açúcar, a maioria dos membros das famílias se integrava às atividades produtivas, com poucos escravos, ou nenhum. Ao contrário das demais regiões do Brasil, a produção de açúcar em Campos começou em pequenas propriedades, o que explicaria o fato de moradia e fábrica ficarem sob o mesmo teto. Arranjo arquitetônico semelhante existiu nos engenhos do litoral norte paulista também no século XVIII.

A partir da primeira década do século XIX, a vida se transforma consideravelmente em algumas cidades e em certas áreas rurais do

Brasil, com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro e a Abertura dos Portos, em 1808, por D. João VI. Oito anos depois, chega a Missão Artística Francesa. Durante essas duas décadas, introduzem-se nos engenhos as máquinas a vapor para moer as canas. A vapor também seriam as máquinas que, pouco mais tarde, puxariam os vagões pelas ferrovias, levando o açúcar aos portos de embarque. Desfazia-se o isolamento do Brasil colônia. O império parecia ávido de novidades, e elas não paravam de chegar.

Três tipos de casas de engenho surgiram naquele século: o bangalô, o sobrado neoclássico e o chalé. O primeiro, assim chamado em virtude da sua semelhança com o *bungalow* anglo-indiano, era um edifício de porte médio e térreo mas, como em geral era erguido em meias-encostas, podia ter um porão semi-enterrado. Aliás, essa distância do chão era recomendada pelos seus adeptos como forma de isolamento da umidade do solo. O telhado, sempre em quatro águas, se estendia, no mesmo plano inclinado, para cobrir também os alpendres que acompanhavam as três fachadas da casa. Em geral, esses alpendres eram interrompidos por compartimentos fechados da casa, nas extremidades do U formado por sua planta, reaparecendo na parte posterior como um alpendre embutido, que funcionava como um prolongamento da área de serviço.

As colunas que suportavam os telhados, nos alpendres, podiam ser de alvenaria, madeira e até mesmo ferro, sem que o tipo de construção se descaracterizasse. Quando em alvena-

introdução
nos engenhos
do
surgimento
do porão

temos de
casas de
engenhos
podem ser
e bangalô.

erguido em
meias-encostas

telhado em
quatro águas
abrigando
alpendres

alvenaria
de ferro
de madeira

Arquitetura
ria, elas seguiam habitualmente o estilo toscano, e eram executadas com muito apuro, como ainda se pode ver em algumas casas rurais do Rio de Janeiro.//

¶Nessas casas, o alpendre é a peça mais bem-cuidada e sua concepção ter-se-ia inspirado, segundo Joaquim Cardoso, nos pavimentos superiores dos claustros dos conventos franciscanos. É uma hipótese respeitável, mas convém acrescentar que casas desse tipo já existiam em meados do século XVIII nas Antilhas francesas, de onde importamos muitas inovações tecnológicas para fabricação do açúcar e beneficiamento do café. A propósito, a fazenda de Colubandê, em São Gonçalo (RJ), possui, além das características citadas, um pátio interno, como as casas rurais de origem espanhola. Sua planta é muito semelhante à da casa rural típica de Cuba no século XIX. As casas dos engenhos Pimentel e Caetá, na Bahia, e Sapucaji, Matas, Camarão e Novo da Conceição, em Pernambuco, são desse tipo, com pequenas variações.

o sobrado neoclássico
Arquitetura
O sobrado neoclássico do engenho pouco difere do sobrado urbano. É um edifício grande, com um programa de atividades complexo, distribuído em dois pavimentos, coberto em quatro águas e planta retangular, com eventuais puxadas na parte de trás, para abrigar serviços. Suas janelas e portas têm vergas retas ou arcos plenos e abatidos, enquadrados por pilastras, cunhais e cornijas, para acentuar a composição das fachadas. Nunca tem alpendre e raramente dispõe de escadas externas. É a última expressão arquitetônica do poder do senhor de engenho. A força da sua imagem na paisagem rural é ainda impressionante. Foi a planta de uma casa desse tipo, o engenho Noruega, em Pernambuco, desenhada em perspectiva por Cícero Dias, que Gilberto Freyre usou como a mais sugestiva ilustração da sua monumental obra *Casa-grande e senzala*. A casa-grande do engenho

Airizes, e o Solar da Baronesa, em Campos, e as casas-grandes dos engenhos Morenos e Gaipió, em Pernambuco, são desse tipo.

o chalé
O chalé aparece no meio rural já no fim do século XIX. É um edifício de porte médio e pode ter planta semelhante à do bangalô. Sua característica marcante é o telhado em duas águas, com a cumeeira perpendicular ao plano da fachada principal. Os alpendres laterais ou em forma de U são sempre cobertos por telhados mais baixos e independentes do telhado principal. Não são raros os que possuem janelas e portas com vergas em ogiva, tímidas manifestações do neogótico que proliferava nas cidades, ao lado de outras expressões formais de um universo arquitetônico eclético. As casas-grandes dos engenhos São José, no Rio de Janeiro, e Preferência, em Pernambuco, são exemplos desse tipo.

Nem todos os tipos de arquitetura aqui mencionados são encontrados ou tiveram sua existência registrada em todas as regiões onde se instalaram engenhos de açúcar. Alguns são evidentemente excepcionais, como a casa-grande em ferro, de procedência belga, da usina São João, montada no bairro da Várzea, no Recife, em fins do século XIX.

Mas, sem dúvida, o uso adequado desses exemplares remanescentes é desejável, na medida em que estimula a sede de conhecimento dos leigos assim como a perspicácia dos pesquisadores. Pois, na falta de registros sobre a história da nossa arquitetura, o edifício é o seu documento mais eloquente.

Planta em perspectiva, desenhada pelo pintor Cícero Dias, da casa-grande do engenho Noruega, que ilustrou Casa-grande e senzala, de Gilberto Freyre, obra clássica para o estudo do ciclo açucareiro no Nordeste do Brasil.



Copyright© 2010 Eliane Morelli Abrahão

Publishers: Joana Monteleone/ Haroldo Ceravolo Sereza/ Roberto Cosso

Edição: Joana Monteleone

Editor assistente: Vitor Rodrigo Donofrio Arruda

Projeto gráfico e diagramação: Fernanda Pedroni Portijo
Patrícia Jatobá U. de Oliveira

Revisão: Íris Morais Araújo

Capa: Patrícia Jatobá U. de Oliveira

Imagens da capa: Coleção BMC, MIS-Campinas.

Ângelo Pessoa. *Campinas numa perspectiva histórica*, 2003.

A Cigarra. São Paulo, nº 442, 08 de dezembro de 1933.

J. Laurens. *Pillage du café*. Acervo da Fundação da Biblioteca Nacional – Brasil.

Almanaque de Campinas para o ano de 1873.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A139m

Abrahão, Eliane Morelli

MORAR E VIVER NA CIDADE. CAMPINAS (1850-1900) – mobiliário e utensílios domésticos

Eliane Morelli Abrahão.

São Paulo: Alameda, 2010.

224p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7939-028-9

1. Campinas (SP) – História. 2. Cultura material – Aspectos sociais – Campinas (SP) – História. 3. Campinas(SP) – Usos e costumes. I. Título.

10-1850.

CDD: 981.61

CDU: 94(815.61)

018650

ALAMEDA CASA EDITORIAL
Rua Conselheiro Ramalho, 694, Bela Vista.
CEP: 01325-000 – São Paulo – SP
Tel. (11) 3012-2400
www.alamedaeditorial.com.br

privado, o universo familiar e a ritualização da vida cotidiana.² A obra de Norbert Elias, datada da década de 1930, foi inovadora nas suas abordagens sobre as questões da civilidade e na sua proposta de análise sobre as transformações dos modelos de comportamento europeus, contribuindo não só para a teoria social, como para a História.³

Segundo Elias, a ideia de civilização nasceu na França no século XVIII. Nessa época, o país expandia-se territorialmente com a colonização de novas terras e internamente difundia maneiras e tendências aristocráticas de corte, como forma de manter uma figuração social que assegurasse posições privilegiadas dentro da sociedade comum tanto à aristocracia quanto à burguesia. Essas elites começaram a preocupar-se com modos à mesa, higiene, gestos e a maneira como deveriam portar-se publicamente. A sociedade europeia vivia um momento de reposicionamento social e cultural, no qual a postura, o vestuário, os comportamentos externos ao homem atestavam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar que acabou por tornar-se um padrão ocidental de civilização.⁴

2 Lima, Tania Andrade. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista: nova série*, v. 3, jan./dez.1995.

3 Elias, Norbert. *O processo civilizador*. uma história dos costumes. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

4 Norbert Elias analisou a influência que os manuais de bom comportamento tiveram para a sociedade europeia, em um momento de reposicionamento social e cultural. Esses manuais eram difundidos pelas elites, servindo de modelo para a burguesia e para a população em geral, que desejavam seguir os padrões adotados pelas classes mais ricas. Elias, *op. cit.* No Brasil os manuais foram amplamente divulgados, e J. I. Roquete tornou-se bastante popular entre os nobres do Império. Roquete, J.I. *O código do bom-tom*. Organização Lilia Moritz Schwacz. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Série Retratos do Brasil). Esse tema sobre os modos e

Esses padrões de civilização atravessaram o Atlântico e aportaram em terras brasileiras com a família real em 1808. Foi um momento marcado pela sociabilidade, com festas realizadas nos recém-construídos salões imperiais e nas grandes residências familiares, alterando os modos da boa sociedade do Rio de Janeiro do século XIX.⁵

Para a aristocracia cafeeira paulista de meados do século XIX e para a burguesia em ascensão, era imprescindível “igualar-se à burguesia e à aristocracia portuguesa.”⁶ Para isso “era preciso que a ‘boa sociedade’ adotasse valores e modos europeus, civilizando os costumes, eliminando os ares coloniais.”⁷ Como observou Maria Cecília Naclério Homem, ser “civilizado” era ser educado e levar a vida conforme as metrópoles europeias, entre as quais não podia faltar Paris.⁸ Essa civilidade ou *civilité* advinha de um conceito medieval de boas maneiras denominado *cortesias*, justamente por ser praticado pelos nobres da “corte”, o qual teve o nome alterado após a revolução industrial europeia, no século XVIII. Portanto, ter civilidade significava ter boas maneiras, saber e praticar a etiqueta, conter as emoções e ser polido.⁹

a etiqueta foi abordado por Pilla, Maria Cecília Barreto Amorim. *A arte de receber: distinção e poder à boa mesa. 1900-1970*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

- 5 Rainho, Maria do Carmo Teixeira. *A distinção e suas normas: leituras e leitores de manuais de etiqueta e civilidade – Rio de Janeiro, século XIX*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 139-152, jan./dez. 1995.
- 6 Rainho, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda*. Brasília: UnB, 2002, p. 15.
- 7 *Idem*.
- 8 Homem, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira. 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 55.
- 9 Elias, *op. cit.*, Margaret Visser analisa os comportamentos à mesa da pré-história até os dias atuais, em especial a partir dos múltiplos significados dos rituais em torno do jantar. Visser, Margaret. *O ritual do jantar*. as origens, evolução, exceções e significado das boas maneiras. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

A criação de um ambiente dedicado especialmente às refeições, na casa moderna do século XIX, mostrou a importância que essas ocasiões e, conseqüentemente, os rituais à mesa, tinham para as elites; visto que as boas maneiras em sociedade tornaram-se veículo de distinção, diferenciação e integração social.¹⁰ Além disso, os sinais externos de diferenciação social, desde o gestual até o aspecto material representado pelos utensílios e a estética das refeições, tornaram-se imprescindíveis para a demarcação do homem polido e bem educado."

As transformações fizeram-se visíveis no cotidiano da cidade de Campinas da segunda metade do século XIX, na medida em que os periódicos locais (diários e almanaques) começaram a publicar anúncios de mobiliário, joias, roupas finas, livros e equipamentos diversos difundindo o modelo europeu de morar, de vestir-se e de viver.

A Livraria Casa Genoud, localizada à rua Barão de Jaguará, mantinha uma espécie de salão de beleza para senhoras. Sua proprietária, madame Genoud, trazia as últimas novidades de Paris para as mulheres da sociedade. Além do salão, a livraria funcionou como importante espaço social, um ponto obrigatório de reunião de artistas, escritores e todo o *le grand monde* de Campinas.¹¹

¹⁰ Pilla, *op. cit.*, p. 44.

¹¹ Lima, *op. cit.*, 1995.

¹² Battistoni Filho, Duílio. *Campinas: uma visão histórica*. Campinas: Pontes, 1996. P. 51; Lapa, *op. cit.*, p. 141-61.